

SADC

Cimeira reitera validade do protocolo sobre género

IOANA MACIE

A 40.ª CIMEIRA dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) reiterou a necessidade da execução plena do protocolo da organização sobre o género e da adopção de medidas concretas para aumentar a representatividade da mulher e dos jovens nos cargos políticos eleitos.

A cimeira, que decorreu esta semana em Maputo, pela primeira vez na sua história em formato virtual (videoconferência), devido à pandemia da Covid-19, teve como lema “40 Anos Construindo a Paz e Segurança, Promovendo o Desenvolvimento e Resiliência Face aos Desafios Globais” e elegeu Moçambique para a presidência anual da organização.

Recorde-se que a 39.ª Cimeira Ordinária notou os progressos satisfatórios na representação da mulher na política e na tomada de decisões económicas, tendo exortado os Estados-membros a traduzirem as leis e políticas em acções concretas, como quotas legislativas para a representação da mulher na política e a aplicação do artigo 5 do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

O artigo 5 do Protocolo da



Chefes de Estado e de Governo da SADC recomendam execução plena do protocolo da organização

SADC apresenta o compromisso dos Estados-membros em adotar medidas especiais referentes à mulher, a fim de eliminar todos os obstáculos que a impedem de participar de forma significativa em todas as esferas da vida e criar um ambiente propício para essa participação.

Já o artigo 6 do protocolo insta os Estados a rever, alterar e revogar todas as leis que discriminam com base no sexo ou género; promulgar e aplicar medidas legislativas e outras para assegurar a igualdade de acesso à justiça e protecção perante a lei; abolição do estatuto minori-

tário da mulher; eliminação das práticas que prejudicam a realização dos direitos da mulher e a eliminação da violência baseada no género.

Neste protocolo, adoptado em Agosto de 2016 pelos Chefes de Estado e de Governo da organização, incluindo Moçambique, os dirigentes

africanos manifestaram seu compromisso na elaboração de um plano de acção que estabeleça metas e prazos específicos para alcançar a igualdade e equidade de género em todas as áreas, bem como mecanismos efectivos de monitoria e avaliação para medir o progresso.